

APRESENTAÇÃO

Na apresentação da última edição da Revista, um manifesto assinado pela Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política expressava consternação com o processo de *impeachment* e preocupação com o futuro próximo do Brasil, ameaçado pelo avanço de forças bastante conservadoras, efetivamente retrógradas. Poucas semanas após o lançamento da edição, o Senado confirmou o afastamento da presidente Dilma Rousseff e o timão do país passou para o PMDB de Michel Temer.

Não é possível ainda saber até onde o governo, por enquanto provisório, avançará com uma agenda própria, o que depende evidentemente de uma série de fatores, desde a composição interna do governo até a força da reação social contra o processo em curso. O que se pode, no entanto, antever é a direção da mudança. A composição do “novo” ministério e as declarações públicas do presidente em exercício e de figuras importantes da equipe, sobretudo os superministros da Fazenda e do Planejamento, anunciam um aprofundamento da agenda pró-capital, em particular uma ofensiva contra a seguridade social (previdência, assistência e saúde), contra a educação pública e contra a já limitada proteção garantida nas leis trabalhistas.

É verdade que, do ponto de vista programático, uma parte do que se anuncia agora já vinha aos ouvidos do público nos pronunciamentos de figuras de alto escalão do governo defenestrado, como o ministro da Fazenda recém-demitido e a própria presidente afastada. No entanto, a composição do governo ainda continha elementos (pessoas e instituições) bastante debilitados pela própria orientação predominante por ele assumida, mas ainda, em tese, capazes de apontar alternativas

para uma escapar ao percurso expressamente neoliberal. Essas forças, se existiam ao menos em potência no interior do último governo (cada vez mais debilitadas, que se enfatize), agora estão totalmente apartadas do centro do poder. A questão é o que restou da oposição à esquerda para impedir o avanço da ofensiva pró-capital.

Em meio a esse cenário atemorizante e bastante nebuloso, a Sociedade Brasileira de Economia Política reunirá alguns dos mais importantes intelectuais do país em seu XXI Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), a se realizar na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, entre 31 de maio e 03 de junho de 2016. O evento, que terá como tema “A Economia Política da Recessão” certamente conterà uma profunda reflexão sobre as condições atuais do país, em particular a delicada situação econômica, como sugerido pelo tema do evento. Como sempre acontece, as próximas edições da Revista repercutirão o ENEP, à medida em que os trabalhos apresentados no evento forem submetidos, avaliados e publicados em suas páginas.

Como também sempre acontece, uma edição da Revista da SEP será lançada no evento, justamente esta 44^a. Numa das mais variadas edições dos últimos tempos, a edição atual discute desde a ideologia associada à onda neoconservadora até a economia política dos recursos energéticos, sempre com a marca crítica

e a qualidade dos pesquisadores identificados com a instituição.

Os dois primeiros artigos da edição, no entanto, exercitam uma prática bastante saudável, mas surpreendentemente rara nesta publicação: o debate aberto entre posições. O debate tem por objeto o artigo “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, redigido por Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral e publicado na edição 40, que recebeu uma consideração crítica muito aguda elaborada por Hugo Figueira Corrêa e Marcelo Dias Carcanholo. Sucintamente, os autores alegam que a categoria da superexploração não está, nem poderia estar, antevista em *O capital*, sobretudo no Livro I. Contra essa posição Nascimento, Dillenburg e Sobral reafirmam, num texto-réplica, o argumento do artigo original e reivindicam sua interpretação como legitimamente amparada na obra de Marx. Os argumentos são, de fato, inconciliáveis e cabe ao leitor formar seu juízo sobre a contenda.

Em seguida, a Revista avança com a discussão proposta por Hoyêdo Nunes Lins, muito bem circunscrita pelo título do trabalho: “Economia política dos recursos energéticos: novos movimentos e inquietações em escala mundial”. O professor e pesquisador da UFSC reúne no trabalho um volume expressivo de informações

que figuram usualmente de modo disperso na mídia e em trabalhos acadêmicos para delinear um quadro da geopolítica dos recursos energéticos, tomando por referente a ação dos Estados Unidos.

O quarto trabalho da edição traz o renomado economista Eleutério F. S. Prado sobre o estatuto da macroeconomia do economista polonês Michal Kalecki. Prado demonstra que a intervenção de Kalecki, ainda que realmente inspirada pela obra de Marx, encontra-se circunscrita no âmbito da economia política crítica, bem próxima a Keynes, e não no exterior representado pela crítica da economia política de Marx. Do ponto de vista da prática social, a intervenção de Kalecki ainda traz como eixo diretivo a preocupação com a repartição de renda entre as classes sociais, uma temática evidentemente estranha à orientação crítica de Marx.

Em seguida, André Guimarães Augusto examina criticamente a obra de Ludwig von Mises, hoje reivindicada por intelectuais e grupos associados à onda neoconservadora. Debruçando-se sobre a obra de Mises, Augusto preocupa-se em explicitar ou rerepresentar seus fundamentos ontológicos. Ao fazê-lo, evidencia o contorno aristocrático e teologicamente justificado da visão de mundo articulada pela obra pelo autor.

O último artigo desta edição 44 traz novamente o nome de Kalecki para os holofotes. Baseando-se numa análise neokaleckiana, José Alderir da Siva, discute a trajetória da economia brasileira na década entre 2003 e 2014. Como sugerido pelo título, “O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) sob a ótica dos regimes de demanda neokaleckianos”, Alderir da Silva procura discutir as razões para a inflexão da trajetória de crescimento entre os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A edição contém ainda a resenha do livro *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*, editado por Ricardo Infante, Carlos Mussi e Mauro Oddo Nogueira. A resenha é de autoria de Marcio Wohlers de Almeida.

A Sociedade Brasileira de Economia Política agradece ao apoio de CAPES, CNPq, BNDES, IPEA, FAPESP e UFABC à XXI edição do Encontro Nacional de Economia Política a ser realizada na Universidade Federal do ABC, entre 31 de maio e 03 de junho de 2016, que discutirá o tema “A Economia Política da Recessão”.